



Fragmento de "Operários", de Tarsila do Amaral

Superintendência Nacional de Previdência Complementar vai supervisionar e fiscalizar os fundos de pensão

Projeto de lei que cria a Previc já tramita na Câmara dos Deputados

O projeto de lei instituindo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) foi entregue à Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados, pelo relator, deputado Chico d'Ángelo (PT/RJ). Este fato é de extrema importância para a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência Social, pois a Previc terá a missão de supervisionar e fiscalizar os fundos de pensão.

O sistema já enumera as vantagens e melhorias dos serviços que o Estado poderá oferecer, visando proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

A autonomia orçamentária, administrativa e financeira do órgão supervisor das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) é uma das razões fundamentais para que a Previc possa ser implantada e exercer suas funções, dentro de padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, prevista na legislação.

O projeto de lei que tramita na Câmara dos

Deputados (3.962/2008), determina que o órgão fiscalizador dos fundos de pensão, mesmo vinculado ao Ministério da Previdência Social, tenha independência financeira e administrativa, a exemplo do que ocorre nos países mais desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Será criada uma taxa de fiscalização e controle (Tafic), paga pelas entidades. Se o projeto for aprovado sem alterações nesse capítulo, a Previc receberá anualmente R\$ 43 milhões, 0,0009% dos ativos garantidores por plano de benefícios. Atualmente, a Secretaria de Previdência Complementar exerce suas atividades com um orçamento médio de R\$ 6 milhões. Devido ao contingenciamento ocorrido nos dois últimos anos, foi reduzido a R\$ 1 milhão/ano.

Com essa verba, a futura superintendência exercerá, com autoridade e competência, suas funções de órgão supervisor e fiscalizador de um patrimônio de R\$ 442 bilhões, referentes a 17% de PIB brasileiro.

O sistema de previdência complementar brasileiro já é o oitavo do mundo, com 372 entidades e 1.400 planos, envolvendo 2 mil 500 patrocinadoras. O universo de pessoas atendidas por esse sistema, em que as empresas e os empregados contribuem igualmente para o fundo, garante, atualmente o pagamento de benefícios a 700 mil assistidos (aposentados). A eles somam-se outros 2,5 milhões de participantes e 4 milhões de beneficiados (dependentes).

Previc terá quadro de pessoal concursado

A Secretaria de Previdência Complementar possui um quadro de pessoal bastante reduzido, face às inúmeras atribuições e responsabilidades legais de supervisão do sistema de previdência complementar.

Por não ter uma estrutura própria e nem carreira específica, conta com um quadro formado pela junção de oito carreiras diferentes, além dos colaboradores externos e dos profissionais terceirizados, totalizando 210 profissionais.

Com a Superintendência, serão criados 200 novos cargos de carreira própria, recrutados por concurso público. Serão 100 especialistas, 50 analistas administrativos e 50

técnicos administrativos. Os cargos em comissão serão destinados aos servidores de carreira e os cargos de auditor (212) serão preenchidos por auditores da Receita Federal. Além disso, a Previc terá uma Câmara de Recursos e uma Procuradoria.

E qual a razão da certeza de que essa Superintendência será a solução para o órgão supervisor da previdência complementar? A Previc já funcionou durante quatro meses, em 2005, por meio de Medida Provisória. Nesse período, ficou provado que a estrutura permite a execução das políticas e diretrizes do regime de previdência complementar com muito mais competência e eficiência para o sistema.



“A Previc significa o aprimoramento institucional, a estabilidade e o fortalecimento da previdência complementar. Temos a intenção de participar de um amplo debate democrático, no Congresso Nacional, objetivando mostrar a necessidade de o Brasil ser dotado dessa entidade autônoma como acontece no resto do mundo”.

José Pimentel, ministro da Previdência Social

“Queremos que a previdência complementar tenha seus alicerces mais bem estabelecidos, mais institucionalizados. Nos últimos seis anos fizemos um trabalho excelente em termos de supervisão e de regulação, mas em termos de estrutura, estamos com o alicerce ainda um pouco frágil. A Previc representa a consolidação da Previdência Complementar”.

Ricardo Pena, Secretário de Previdência Complementar

Governo democratiza previdência complementar

Ao contrário do que possa parecer, a previdência complementar não se resume ao setor empresarial. Em 2003, o governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu estimular a chamada previdência associativa, dentro de uma estratégia de democratizar o acesso de expressiva parcela da população à previdência complementar.

Os trabalhadores brasileiros passaram a ter acesso a uma previdência com base no vínculo associativo, por meio de planos instituídos por: associações, sindicatos, conselhos profissionais e cooperativas.

Em cinco anos e meio de existência da previdência associativa, foram criados 46 novos planos, reunindo 250 associações de classe, sindicatos e cooperativas, com 100 mil participantes e uma reserva acumulada de R\$ 320 milhões.

As categorias profissionais que hoje integram o universo dessa previdência complementar fechada são: advogados, atuários, administradores, médicos, arquitetos, magistrados, servidores da educação, comerciários, dentistas, atores, músicos e artistas, entre outros.